

Protocolo 4- 105.669/2024

De: Camila L. - SMA - DLA

Para: Representante: João Ariel Bosio

Data: 19/11/2024 às 13:44:25

Setores envolvidos:

SGA - DEPE, SMA - DEFA, SMA - ADM - PROT, SPU - CGO - VC, SMA - DLA

SPU - Consulta de Viabilidade – Para fins de Construção e Regularização

Boa tarde,

Segue Parecer da Secretaria de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

—

Camila Sardi de Lima

Analista Ambiental - Matrícula 32081

Anexos:

105669_24_Joao_Ariel_Bosio_viab.pdf

CONSULTA DE VIABILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO

Protocolo nº: 105669/2024

Requerente: JOÃO ARIEL BOSIO

CPF/CNPJ: 047.512.929-60

Solicitação: Consulta de Viabilidade para Construção

Endereço do imóvel: AVENIDA BRASIL, RUA 1400, RUA 1170, RUA 1000.

DIC: 29016/29017/29018/29019/
29020/77106/36419/30738

Zoneamento: ZACC I C - Zona de Ambiente Construído Consolidado Qualificado de Alta Densidade

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

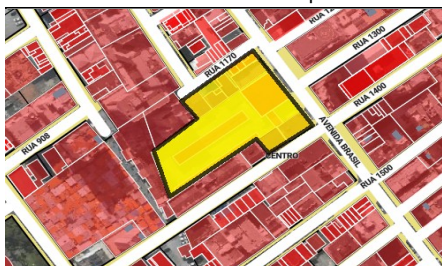


Imagem 01 - Localização (Geoprocessamento)



Imagem 02 - Foto do local (Google Earth, 10/2023)



Imagem 03 - Foto do local (Google Earth, 10/2023)

2. CARACTERÍSTICAS / OBSERVAÇÕES

- Verificou-se a existência de edificação em terreno com vegetação arbórea;
- **É proibido cortar e/ou podar vegetação sem a correspondente autorização dos órgãos ambientais competentes (SEMAM ou IMA);**
- Deve-se respeitar as restrições impostas pela Lei nº 4868/2024 que "Dispõe sobre as Normas e padrões para proteção e manutenção da Arborização Urbana do Município de Balneário Camboriú";
- Na existência de tubulação de drenagem, respeitar Art. 2º do Decreto 10.752/2022;

3. IDENTIFICAÇÃO DOS EXEMPLARES ARBÓREOS EXISTENTES

- Existência de pelo menos 01 exemplar arbóreo no interior do terreno.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

- Projetos arquitetônico e hidrossanitário aprovados pelas Secretarias de Planejamento e de Saúde e Saneamento;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), consoante com a Lei Municipal nº 2508/2005 e Decreto Municipal nº 5125/2008;
 - ☞ No PGRCC deverá constar: Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica; nome do transportador cadastrado pelo Município; Área receptora licenciada por Órgão Ambiental competente (identificando o número da licença e órgão emissor).
- Projeto de arborização urbana de acordo com o art. 6 e parágrafos da Lei 4868/2024 aprovado pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária;
- Caso o empreendimento a ser implantado estiver na listagem das atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental, conforme Resolução CONSEMA n. 250 ou n. 251/2024, apresentar, nesta Secretaria, a **Licença Ambiental de Instalação** ou **Certidão de Conformidade Ambiental** emitidos pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente ou pela SEMAM;
- Caso houver necessidade de movimentação de terra, apresentar projeto de terraplanagem, acompanhada da anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT) e memorial descritivo, respeitando as áreas não edificantes e de vegetação existentes sem autorização para supressão. Essa movimentação de terra deve estar contemplada no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- Caso não houver necessidade de movimentação de terra, apresentar declaração que não haverá tal atividade, assinada pelo Responsável Técnico;
- Caso houver necessidade da demolição de obra existente, apresentar autorização da Secretaria de Planejamento Urbano juntamente com o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil referente a esta demolição;
- Caso houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar autorização para supressão emitida pelo Órgão Ambiental competente (SEMAM ou IMA);
- Caso não houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar declaração que não haverá supressão assinada pelo Responsável;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os projetos deverão respeitar as diretrizes do Plano Diretor Municipal e a Legislação Ambiental em vigor;
- Este Parecer não exonera o Requerente do cumprimento de embargos, bem como quaisquer processos relativos à área em questão;
- **Este parecer não autoriza corte de vegetação;**
- Qualquer infração ao presente Parecer implicará no imediato embargo dos serviços e sujeitará o autor às sanções previstas na legislação vigente.

Balneário Camboriú, 19 de Novembro de 2024.